REVISTA TRIMESTRAL | JAN | FEV | MAR | 2006 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

# 65

# Jovens Agricultores

Revista da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

## A Importância das Organizações Agrícolas no Próximo Período de Programação

**4** ***Dossier*** *
A Importância das Organizações Agrícolas no Próximo Período de Programação *
2007-2013: A última grande oportunidade de Desenvolvimento do Sector Agro-Florestal *
O trabalho desenvolvido pelas Organizações Agrícolas *
2007/13: Uma Oportunidade para o Associativismo Agrícola*
O futuro da Agricultura em Portugal *
A Produção Integrada vai continuar a ser financiada, mas é indispensável melhorar a sua qualidade para garantir a sua sustentabilidade *

**13** ***Entrevista a António Nunes*** *
Presidente da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

**14** ***Investimento nas Explorações Agrícolas - O caso dos Jovens Agricultores*** *
Tito Rosa, Gestor do Programa AGRO

**16** ***O Sistema de Informação da Vinha e do Vinho*** *
Afonso Correia, Vice-Presidente do IVV

**17** ***Com os Agricultores Combater o Abandono*** *
Víctor Louro, Presidente da Comissão Nacional de Combate à Desertificação

**18** ***Azeite*** *
Associação Interprofissional da Fileira Oleícola

**19** ***Biogás: Uma energia alternativa?*** *

**20** ***Licenciamento de Explorações*** *
Bovinicultura

**22** ***Concurso Jovem Agricultor 2005*** *
Os finalistas

**24** ***Serviços ao Agricultor***
Postos de Atendimento do SNIRB/SNIRA *
Acções de Formação Profissional *

**25** ***Associatismo***
AJAP na 39.ª edição da AGRO 2006
Roteiro de Eventos *

**26** ***Legislação Nacional*** *

**28** ***Gabinetes de Apoio ao Jovem Agricultor*** *

## *Ficha Técnica*

***(JAN / FEV / MAR) 2006***

***N.º 65***

Propriedade, Redacção e Edição
**AJAP**
**Associação dos Jovens Agricultores de Portugal**
Rua D. Pedro V, 108 - 2º
1269-128 Lisboa
Telefone: 21 324 49 70
Fax: 21 343 14 90

Director
Firmino Cordeiro

Coordenação
Depart. de Comunicação

Redacção
Depart. Técnico

Secretariado
Olga Leitão

Dep. Comercial
Olga Sereno

Impressão
Gazela, Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal
n.º 78606/94

Registo de Título
n.º 116714

Tiragem
10 000 exemplares

Periodicidade
Trimestral

E-mail
ajap@ajap.pt

URL
www.ajap.pt

Distribuição Gratuita

Foto da Capa
AJAP

Com o apoio:

* Artigos co-financiados no âmbito do 4.º Convite da Medida 10 do Programa AGRO

# Editorial

Prever o futuro nos nossos dias em qualquer sector da actividade económica não nos parece tarefa muito fácil, daí o desafio lançado neste número da revista JA no sentido de colher opiniões, críticas e sugestões para actuais e futuros decisores. Se é difícil prever o futuro em relação à agricultura no nosso País, na Europa e no Mundo, mais difícil será prever o futuro daquelas que representam os seus intérpretes, os agricultores, ou seja, as suas organizações.

No entanto, existem duas verdades que não devemos de forma alguma esquecer. A agricultura é a actividade responsável pela produção de alimentos necessários à nossa sobrevivência, e a constituição de grupos de pessoas para a defesa de interesses comuns é uma necessidade pré-histórica. Pelo que, em função destes pressupostos, a tarefa de prever e equacionar o futuro nos parece um desafio interessante.

A todos quantos no passado e, actualmente, se debruçam sobre o estudo, evolução e decisões sobre esta matéria queremos deixar uma palavra de estímulo e o desejo de que não desistam de equacionar novas propostas, novas soluções, e acima de tudo que não menosprezem todos os contributos que emergem de dentro do sector e outros de extrema importância que vão chegando do exterior por mais desatentos que porventura pareçam.

Existe hoje no nosso País e no que diz respeito às organizações de agricultores, uma realidade que não pode de forma alguma ser escamoteada, com virtudes e/ou defeitos mas com o sacrifício de muitos, ao longo de inúmeros anos, as pequenas organizações locais, regionais estão na sua grande maioria perfeitamente sintonizadas com as de cúpula do sector, ou seja, a AJAP, CAP, CNA e a CONFAGRI.

Quem tiver a difícil e estimulante tarefa de legislar e tomar decisões sobre o sector agrícola em Portugal e suas consequências a nível Europeu, e não dialogue com os seus representantes tem seguramente os "dias contados". Não no sentido político da questão, não é esse que está em causa, mas na perspectiva de que as decisões sobre o sector, deviam em nossa opinião ser apresentadas, depois de debatidas e analisadas com os seus legais representantes, e posteriormente levadas à prática.

A condução de medidas de política agrícola no nosso País implica uma clarividência do Estado em relação a um aspecto nos dias de hoje de especial importância, a transferência de funções para as organizações de agricultores.

Esta é a grande questão deste número da nossa revista JA.

# A Importância das Organizações Agrícolas no Próximo Período de Programação

Ao longo dos últimos anos, as organizações agrícolas têm vindo assumir um papel cada vez mais preponderante no sector, seja pela defesa activa dos interesses dos agricultores que representam, seja pelo reconhecimento por parte das entidades da tutela da sua importância no desempenho de um vasto conjunto de funções junto desses mesmos agricultores.

Desta forma, as organizações agrícolas, mais concretamente as credenciadas pelo Ministério da Agricultura (AJAP, CAP, CNA, CONFAGRI), realizam importantes funções que de outra forma teriam para o Estado custos insuportáveis, os seus técnicos funcionam como verdadeiros extensionistas rurais que são para os agricultores verdadeiros conselheiros agrícolas. Parece-nos ser esta a melhor mensagem, ou seja, rentável para o Estado e funcional para as organizações de agricultores. Não podem ser apenas os agricultores portugueses a adaptar-se às novas exigências decorrentes dos novos contornos da Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural. Também a Administração Pública, o Ministério, deverá sofrer alterações várias por forma a coexistirem em perfeita sintonia com os objectivos de modernização e desenvolvimento dos agentes do sector. Só com uma administração moderna é possível ter empresas modernas e, consequentemente, uma agricultura competitiva.

Esta convergência de trajectórias, de ajustamentos só dará os seus frutos se Ministério e Organizações de Agricultores souberem estabelecer acordos e desenvolver metodologias de actuação que, sem a perda de independência institucional e política de ambos, optimizem opções de aplicação e gestão de recursos humanos e de recursos financeiros, disponibilizados pelas políticas com vista ao desenvolvimento sustentado do sector e a recuperação da sua actividade global.

As organizações devem preparar-se cada vez mais. Devem reorganizar-se, crescer em competência e afirmar-se pela qualidade dos serviços que prestam. Trata-se da sobrevivência de um sector que todos querem ignorar, mas que todos irremediavelmente precisam. A agricultura e as actividades a ela associadas são responsáveis pela gestão, organização e valorização de mais de 85% do nosso território. Tentar combater flagelos como a desertificação, incêndios florestais e um maior equilíbrio no desenvolvimento entre as regiões do interior e do litoral sem contar com o empenho, motivação e envolvimento das organizações, é deitar dinheiro fora. Pelo contrário a constituição de verdadeiras parcerias entre o Estado, Organizações de Agricultores e Autarquias seriam a chave do sucesso para o bem do nosso País.

A multifuncionalidade exigida aos agricultores destas regiões, implica várias adaptações, promover a qualidade ambiental, preservar e melhorar recursos naturais, optar pela certificação das produções e pela procura de nichos de mercado, são sinais de vitalidade mas também de sacrifícios que não podem partir apenas dos agricultores e das suas organizações, respectivamente debilitados pouco qualificados, e sem recursos disponíveis. Este tipo de agricultura embora aparentemente não competitiva se devidamente estruturada pode assumir contornos de extrema utilidade em regiões hoje infelizmente qualificadas como deprimidas e sem grandes perspectivas de futuro, caso nos limitemos a ficar com a *cabeça enterrada na areia*.

Às agriculturas competitivas, quer em preço quer em qualidade que felizmente possuímos no nosso País, exige-se essa mesma manutenção na relação preço/qualidade, e uma cada vez maior optimização de recursos pela introdução da inovação tecnológica tão falada nos nossos dias. Impõe-se, assim, o aproveitamento de sub-produtos, ou até mesmo a transformação de produções, provenientes da agricultura e da floresta para a produção de novas formas de energia alternativa, ao poluente petróleo.

A AJAP está a preparar-se para todos estes novos desafios. Através da nossa rede de técnicos distribuídos pelo País, somos hoje capazes de prestar mais e melhores serviços aos agricultores em geral e aos jovens em particular no que diz respeito ao acompanhamento aos seus projectos de instalação.

Propusemos e continuamos a propor novas formas e métodos contínuos de atrair novos jovens para a actividade, e somos pioneiros na dinamização que queremos levar ao espaço rural através da criação da figura do Jovem Empresário Rural. Esta é a nossa crença para o futuro, estes são os designeos pelos quais estamos disponíveis a lutar para garantir o futuro dos nossos filhos.

# 2007-2013: A Última Grande Oportunidade de desenvolvimento do sector agro-florestal

O novo período de programação 2007-2013 constituirá, com elevado grau de probabilidade, a última grande oportunidade de apoio para o desenvolvimento do sector agro-florestal e, consequentemente, para a consolidação de um modelo sustentável de desenvolvimento do mundo rural português.

Fazer política é fazer opções. É, por isso, para mim particularmente gratificante poder assumir estas funções num momento decisivo, e por isso agradeço à AJAP a oportunidade que me dá de, aqui, deixar expressas as orientações políticas do Governo para o sector.

Estamos num tempo de balanço e num tempo de mudança, não existindo grande margem para hesitações.

O contexto político e económico interno e externo em que nos movemos é de crescente concorrência e de crescente risco, quer ao nível dos mercados, quer ao nível dos recursos, impondo, a diversos níveis, elevados padrões de exigência, tanto às empresas como ao Estado.

A reforma da PAC de 2003 abriu a porta a alterações profundas do sistema vigente de apoios à agricultura europeia, criando novas oportunidades de reorientação da produção para o mercado, mas envolvendo igualmente riscos de abandono da actividade.

Impõe-se, por isso, um acompanhamento permanente da sua implantação e uma maior coerência na articulação entre as políticas de mercados, preços e rendimento e as políticas socio-estruturais e de desenvolvimento rural.

No limiar do terceiro Quadro Comunitário de Apoio impõe-se, por outro lado, avaliar com rigor e assumir em toda a sua extensão os resultados dessa avaliação, analisando a eficácia das políticas executadas e efectuando um correcto diagnóstico sectorial.

Não deveremos hesitar em manter ou aprofundar o que de bom existe; mudar o que tiver de ser melhorado; eliminar o que nunca fez ou já não faz sentido, e inovar onde for necessário para criar as respostas adequadas aos novos desafios que se colocam ao sector.

As medidas agro-ambientas é uma das áreas de política onde deveremos ter a coragem de assim proceder: reafirmo, pois, que se trata de medidas de grande importância no quadro da nova PAC, as quais iremos melhorar e aprofundar no próximo período de programação. As exigências e responsabilidades em matéria ambiental aplicadas aos agricultores têm tido uma grande evolução, e é nossa obrigação fazer a sua reavaliação à luz de critérios que vão para além do mero objectivo de absorção de fundos comunitários. Haverá, pois, objectivos e metas que devem ser previamente fixados, e que gostaríamos de ver concretizados quando chegássemos ao fim do novo período de programação.

Os fundos comunitários serão utilizados para apoiar o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Agrícola e Rural

Neste contexto, definiu o Governo um conjunto de orientações gerais de política muito claras, das quais gostaria de realçar duas, em particular.

A primeira é a do primado da *orientação estratégica sobre as abordagens instrumentais*. Significa isto que o futuro quadro de ajudas será construído em função de opções estratégicas de política com a consequente afectação de recursos, em oposição a uma visão de simples maximização da distribuição dos fundos disponibilizados pelos instrumentos comunitários de apoio.

***Jaime Silva***

***Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas***

## O pilar central da Política de Desenvolvimento Rural será inequivocamente o reforço da competitividade do sector

Os fundos comunitários serão, desta forma, utilizados para apoiar o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Agrícola e Rural. Nas sua diversas vertentes, as medidas de apoio dos futuros Programas de Desenvolvimento Rural irão sendo desenhadas para apoiar a prossecução de objectivos contratualizados de desenvolvimento, por contraponto a uma lógica virada para a execução de tipologias de despesa.

A segunda orientação geral é a da *simplificação e a transparência dos processos administrativos e de gestão*.

A garantia duma boa aplicação dos fundos públicos, nacionais e comunitários, deve assentar na clareza de objectivos contratados e na subsequente capacidade de controlo da sua execução, desburocratizando candidaturas e simplificando procedimentos de gestão.

Não abdicaremos, neste domínio de implantar um sistema mais qualitativo do que quantitativo, que permita a transparência e visibilidade de procedimentos, baseado em sistemas de informação abertos e universais.

Relativamente às orientações estratégicas de política sectorial, julgo igualmente oportuno clarificar opções que já são públicas, mas sobre as quais não podem subsistir dúvidas.

No âmbito do Plano Estratégico Nacional estão definidos e plenamente assumidos cinco objectivos estratégicos. Contudo, o pilar central da política de desenvolvimento rural será inequivocamente o **reforço da competitividade do sector**, numa óptica sustentável e integrando a problemática ambiental, e de solidariedade social, regional e intergeracional.

O objectivo de qualquer País ou Região é o de atrair e reter empresas que sustentem, de forma durável, o crescimento económico e a criação de emprego num contexto de grande internacionalização e concorrência.

É, pois, neste quadro que entendemos a competitividade, e por isso não temos dúvidas de que teremos, num contexto de recursos escassos, de fazer opções que conduzam à consolidação de um tecido empresarial e social construído numa base de sustentabilidade.

Definimos prioridades sectoriais, ao nível do continente português, que nunca será de menos relembrar: os sectores vitivinícola, hortofrutícola, do azeite e da azeitona, das florestas e das fileiras de qualidade.

Não deixaremos contudo, de apoiar os projectos inovadores e os empresários de qualidade em qualquer sector, numa base exigente de análise de competitividade.

Importa, por último, referir uma questão particular que, no quadro do desenvolvimento sectorial, assume crucial importância: o papel da sociedade civil e das suas organizações.

Também aqui as orientações globais que traçámos se aplicam em toda a sua extensão. Decorridos 20 anos sobre a adesão europeia, e executados três Quadros Comunitários de Apoio, temos também, neste domínio, de saber avaliar o passado e prosseguir, para o futuro, uma política de ganhos qualitativos substanciais.

O associativismo, tal como a própria administração pública, não pode nunca constituir-se como um fim em si mesmo, mas representando antes um instrumento para o seu desenvolvimento.

E é por isso que, sempre que me confrontam com questões relacionadas com a manutenção deste tipo de estruturas, me recordo da célebre frase que John Kennedy dirigiu aos americanos: "não perguntem o que a América pode fazer por vós, mas sim o podem vocês fazer pela América."

Relanço, por isso o desafio à AJAP: não perguntem o que o sector pode fazer por vocês mas sim o que podem as vossas organizações fazer pelo sector. Da nossa parte, e nesse contexto, contarão com todos os apoios que tivermos ao nosso dispor para que os possam concretizar.

***Decorridos 20 anos sobre a adesão europeia, e executados três Quadros Comunitários de Apoio, temos também, neste domínio, de saber avaliar o passado e prosseguir, para o futuro, uma política de ganhos qualitativos substanciais***

# O trabalho desenvolvido pelas Organizações Agrícolas

A Lei Orgânica do MADRP (Decreto-Lei nº 74/96 de 18 de Junho) estabelece no seu art.12º que o exercício de actividades prosseguidas por serviços pertencentes ao Ministério ou dele dependentes pode ser cometido a entidades privadas ou cooperativas de reconhecida idoneidade, desde que a natureza dessas actividades não imponha a sua prossecução directa por uma entidade pública e que o seu exercício possa ser assegurado com continuidade e em benefício do interesse público.

Este enquadramento legal tem permitido ao MADRP implementar sistemas de apoio à execução dos regimes de ajudas ao sector flexíveis, cobrindo todo o território nacional e adaptados à nossa realidade agrícola. As primeiras transferências de funções abrangeram as áreas da divulgação e informação sobre as ajudas e a recepção de candidaturas, envolvendo a homologação pelo Governo de Protocolos celebrados entre o INGA e as Organizações Agrícolas. Posteriormente, foi a transferência de funções alargada à área de identificação e registo de animais (espécies bovina, ovina, caprina e suína) onde as Organizações Agrícolas procedem ao recenseamento dos detentores e das explorações, bem como ao registo dos movimentos, através do carregamento e actualização das respectivas bases de dados. Esta tarefa é essencial para promover a confiança dos consumidores na qualidade da carne e dos respectivos produtos derivados.

Com a celebração dos Protocolos, as Organizações Agrícolas comprometeram-se a responder cabalmente às necessidades dos agricultores nas áreas mencionadas. Para o efeito, organizaram métodos de gestão adaptados às exigências impostas, reforçaram os seus meios e quadros técnicos, estabeleceram parcerias com inúmeras estruturas locais, associadas ou não, sob a orientação e controlo do Organismo Pagador quanto à natureza e qualidade dos serviços a prestar.

O resultado tem sido impressivo, se atendermos aos dados dos últimos anos:

- Função Divulgação e Informação: tem-se garantido a realização anual de mais de 500 sessões de divulgação das ajudas dirigidas aos agricultores, abrangendo mais de 80% dos concelhos do Continente, bem como a realização de acções de formação dos técnicos divulgadores das ajudas e/ou receptores das candidaturas;

- Função Recepção de Candidaturas: tem-se garantido o funcionamento de cerca de 600 estruturas locais como Entidades Receptoras, com a função principal de assegurar a formalização das candidaturas às ajudas, mas que mantêm durante todo o ano a prestação de múltiplos serviços aos agricultores. Actualmente asseguram uma cobertura acima de 90% dos concelhos do continente, com cerca de 700 postos receptores e cerca de 1 450 computadores/técnicos. Na campanha de 2004/2005, o número de pedidos de ajudas entregues foi de 470 mil, representando cerca de 590 milhões de euros de pagamentos relativos às ajudas principais;

- Função SNIRB: As Organizações de Agricultores dispõem actualmente de uma rede de cerca de 500 Postos de Atendimento (PA's) e de 175 Postos de Recolha Informática (PI's), os quais recepcionam e carregam nas bases de dados os impressos entregues pelos detentores, relativos à identificação e movimento dos animais. Em média, são efectuados anualmente 3,7 milhões de registos relativos a bovinos através do carregamento informático de 1,2 milhões de impressos;

- Função SNIRA: No âmbito da implementação da base de dados SNIRA em 2005, relativa às espécies ovina, caprina e suína, os Postos das Organizações efectuaram o recenseamento de 29 512 detentores e das respectivas explorações.

A somar a estes serviços, há ainda a referir o efeito benéfico directo e indirecto, em termos de desenvolvimento rural, da fixação e dinamização das estruturas locais, com o seu "know how" e os seus meios técnicos e humanos. Há também a destacar o contributo significativo para o reforço do movimento associativo no sector agrícola.

A experiência passada, sem dúvida positiva, permite-nos antever a continuação no futuro de uma colaboração produtiva no interesse dos agricultores, sem no entanto podermos deixar de ter em conta as transformações do sector e da Política Agrícola Comum, bem como o actual quadro de contenção financeira.

***Jerónimo Lopes***

***Vogal do Conselho de Administração do INGA***

***A experiência passada, sem dúvida positiva, permite-nos antever a continuação no futuro de uma colaboração produtiva no interesse dos agricultores***

# 2007/13: Uma oportunidade para o Associativismo Agrícola

**Capoulas Santos**

**Deputado do Parlamento Europeu**

Completaram-se no passado dia 1 de Janeiro, 20 anos da adesão de Portugal à então CEE.

Vinte anos de grandes mudanças e impactos na sociedade portuguesa e, em particular, no seu sector mais exposto: a agricultura.

Constitui quase um milagre o facto de ter sido possível a um país como o nosso, com as fragilidades estruturais que eram conhecidas, resistir ao embate da integração num dos espaços geo-económico-agrícolas mais poderosos e competitivos do mundo, pesem embora os custos que foi necessário suportar e as dificuldades que prevalecem.

Os agricultores portugueses revelaram ao longo destes anos uma enorme capacidade de reacção aos estímulos e de adaptação às mudanças.

Um dos elos mais fracos do nosso mundo agrícola era precisamente a sua organização associativa, realidade quase inexistente à data da adesão, com algumas honrosas excepções no sector cooperativo.

As associações agrícolas de todo o tipo que depois do 25 de Abril de 1974 se foram constituindo e o esforço político de sucessivos governos no sentido do seu fortalecimento, constituí um aspecto positivo a salientar, em especial do ponto de vista não só da representação profissional como sobretudo da formação e da prestação de serviços.

Inicia-se agora um novo ciclo de esperança com o novo período de programação dos fundos comunitários 2007/2013, que coincide também com um novo ciclo governativo e na chefia do Estado.

Espera-se que esta circunstância corresponda também a um salto qualitativo do papel a desempenhar pelas organizações agrícolas perante os novos desafios da agricultura europeia, cada vez mais aberta ao mercado e com uma progressiva redução de apoios públicos, como o recente acordo na U.E. sobre as "perspectivas financeiras" veio comprovar, não obstante os excelentes resultados que, em tão difícil contexto, o governo foi capaz de obter para Portugal.

Não pode, porém, ser ignorado o facto do orçamento da PAC, que representava cerca de 65% do orçamento comunitário total no início da década de 90, a repartir por 15 Estados Membros, representar agora cerca de 40% e vir a representar, em 2013, cerca de 30%, a dividir por 27 países.

E para lá desta data as perspectivas não são seguramente melhores.

É por isso necessário que o programa de Desenvolvimento Rural, em fase de gestação, equacione adequadamente o apoio ao movimento associativo agrícola, em especial no que diz respeito ao seu papel no apoio técnico e informativo e na prestação de serviços aos agricultores.

A coincidência da elaboração do Programa de Desenvolvimento Rural com a reforma da Administração Pública em curso, e do Ministério da Agricultura em particular, deverá ser aproveitada para definir o adequado equilíbrio entre as funções do Estado e das organizações agrícolas. Sempre defendi que, à excepção das funções de planeamento, pagamentos, auditoria e fiscalização, de que o Estado não deverá nunca abdicar, antes pelo contrário, deve ser cada vez mais actuante e eficaz, todas as outras são transferíveis e, quiçá, susceptíveis de ser melhor desempenhadas pelas associações agrícolas.

Desejo que o governo e a liderança do movimento associativo saibam estar à altura das exigências do momento que vivemos e ser capazes de concretizar rapidamente aquela que é seguramente uma das mais importantes e úteis reformas para a agricultura portuguesa: menos mas melhor Estado a par de um associativismo mais forte e actuante junto dos agricultores.

***Menos mas melhor Estado a par de um associativismo mais forte e actuante junto dos agricultores***

# O futuro da agricultura em Portugal

A novas orientações decorrentes da reforma da PAC de 2003, vão exercer pressões sobre os sistemas de agricultura actualmente dominantes, uma vez que:

- irão obrigar os sistemas de agricultura de produção economicamente competitivos a reforçar a sua capacidade para competir em mercados cada vez mais alargados e concorrenciais;
- irão inviabilizar os sistemas de agricultura de produção apoiados por subsídios incentivando a sua reconversão ou conduzindo ao abandono das áreas agrícolas por eles ocupadas;
- irão promover a prática de sistemas de agricultura de conservação e de serviços rurais.

Em minha opinião, o principal desafio com que os produtores agrícolas portugueses irão ser confrontados nos próximos anos diz respeito à sua capacidade técnica e empresarial para procederem à reconversão dos sistemas de agricultura de produção apoiados por subsídios por eles, actualmente, praticados minimizando, assim, os riscos de abandono agrícola a que irão estar, inevitavelmente, sujeitos.

São, no essencial, as seguintes as novas oportunidades de reconversão de que os sistemas em causa poderão vir a beneficiar:

- reconversão para sistemas de agricultura economicamente competitivos, dos quais importa destacar os sistemas hortícolas, horto-frutícolas, florícolas, frutícolas, vitícolas, olivícolas e de produção pecuária de bens diferenciados e de qualidade;
- reconversão para sistemas de agricultura ambientalmente apoiados, dos quais importa destacar os baseados no modo de produção biológico e os orientados para a produção de biocombustíveis;
- reconversão para sistemas de conservação e de serviços rurais, quer se encontrem baseados em actividades não-produtivas compatíveis com o regime de pagamento único, quer integrem actividades de produção agrícola e não-agrícola visando objectivos relacionados com a conservação da natureza e a biodiversidade, com o ordenamento do território e com a diversificação económica e social das zonas rurais.

É nossa opinião, que a criação de condições favoráveis à ocorrência de um processo de reconversão desta natureza, irá depender do modo como vier a ser concebido e implementado em Portugal o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) para o período 2007-2013, cuja preparação agora se inicia.

As medidas de política de desenvolvimento rural recentemente aprovadas no contexto do novo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) visam, no essencial, criar as condições necessárias para que, ao longo do período 2007-13, se aproveite o melhor possível as novas oportunidades de reconversão, minimizando-se simultaneamente os riscos de abandono resultantes do processo de reforma da PAC em curso.

É, nesta perspectiva, que devem ser entendidos os Eixos Prioritários, em que a Comissão Europeia propõe que sejam agrupados os diferentes tipos de medidas que poderão vir a ser implementadas no futuro, cabendo aos diferentes Estados Membros uma escolha coerente da natureza e importância relativa dos diferentes tipos de medidas a adoptar.

Assim sendo, tornar-se-á indispensável que o Governo Português seja capaz de conceber e formular um Plano Estratégico Nacional e um Programa de Desenvolvimento Rural, capazes de:

- identificar e caracterizar os sistemas de agricultura cuja viabilidade futura virá a ser ameaçada;
- identificar e caracterizar os diferentes tipos de opções produtivas, tecnológicas e estruturais susceptíveis de promover a reconversão dos sistemas de agricultura;
- identificar e caracterizar os diferentes tipos de medidas que poderão vir a contribuir para o processo de reconversão em causa;
- adoptar um modelo de afectação dos fundos de apoio ao desenvolvimento rural entre os diferentes Eixos Prioritários e dentro de cada Eixo, consistente com as novas opções estratégicas preconizadas.

Só, assim, nos parece possível assegurar que, no médio-longo prazos, Portugal venha a contar com um sector agro-florestal baseado num conjunto diversificado e territorialmente equilibrado de sistemas de agricultura de produção economicamente competitivos e ambientalmente responsáveis e de sistemas de conservação e de serviços rurais ecológica e socialmente sustentáveis.

Às organizações de produtores irá caber um papel fundamental na definição e implementação deste novo tipo de visão estratégica para a agricultura portuguesa, uma vez que delas dependerá, em grande medida, a compreensão e aceitação por parte dos produtores agrícolas portugueses das novas orientações que vão ser indispensáveis adoptar no âmbito, quer das áreas prioritárias de actuação, quer do modelo de afectação de fundos, quer da escolha das medidas de política a integrar no PDR 2007-13.

***Francisco Avillez***

***Prof. Catedrático do ISA, UTL***

***Às organizações de produtores irá caber um papel fundamental na definição e implementação deste novo tipo de visão estratégica para a agricultura portuguesa***

# A Produção Integrada vai continuar a ser financiada, mas é indispensável

**Pedro Amaro**

**Professor Catedrático**
**Secção de Protecção Integrada (SAPI )/ISA**

Em virtude da prioridade atribuída, nas Medidas Agro-Ambientais, nos últimos 10 anos à Protecção Integrada e, desde 2001, à Produção Integrada, foi possível, na atribuição de ajudas relativas àquelas Medidas, abranger, até 30/6/05, cerca de 24 000 agricultores e mais de 240 000 ha.

O balanço da problemática da qualidade da protecção integrada e da produção integrada, realizado no Livro "As Organizações de Agricultores de Protecção Integrada e de Produção Integrada" (1994-2004) (AMARO, 2005) e sintetizado num artigo publicado na "Vida Rural" (AMARO, 2006), evidencia aspectos positivos de particular importância, a par de aspectos negativos que importa ponderar cuidadosamente para conseguir a sua melhoria no futuro. Entre os aspectos positivos, destacam-se os dados estatísticos acima referidos, a actividade de cerca de 120 organizações de agricultores (OA) e de 450 técnicos e os notáveis progressos alcançados na investigação, no ensino, na formação profissional, na sensibilização de técnicos e agricultores e na produção de regras oficiais destes sistemas de produção.

Os aspectos negativos exigem a urgente tomada de medidas de política para melhorar nitidamente a formação profissional, a inspecção, a legislação e regulamentação, a produção de manuais, a certificação e o marketing dos produtos de produção integrada e o eficiente e permanente apoio do Serviço de Avisos à prática da protecção integrada.

Será também fundamental assegurar a permanente preocupação com a qualidade da formação profissional e da prática deste sistema de produção.

A valiosa experiência adquirida e a análise profunda e o debate dos aspectos positivos e negativos terão a maior importância para o estabelecimento da adequada continuidade destas inovações.

Dentro de alguns meses serão divulgadas as novas orientações a adoptar na política de desenvolvimento rural para o período 2007-2013. Actualmente são vários os cenários motivo de debate ou controvérsia, considerando-se muito provável a redução de numerosas medidas, mas mantendo-se a continuidade das ajudas à produção integrada. Para consolidar esta possível opção, considera-se essencial o aumento das exigências de maior qualidade para os produtos de produção integrada, a assegurar por adequada fiscalização, pela certificação e por maior preocupação na conquista do mercado. Certamente que, assim, seria possível garantir a futura sobrevivência económica dos agricultores, das suas organizações e da expansão da produção integrada, sistema de produção, mais seguro para o homem e o ambiente do que a agricultura convencional, o que justificará as ajudas a atribuir.

> Os aspectos negativos exigem a urgente tomada de Medidas de política para melhorar nitidamente a formação profissional, a inspecção, a legislação e regulamentação

Parece evidente a justificação para o apoio oficial à formação profissional inicial dos técnicos e à sua periódica reciclagem desde que se fiscalize adequadamente: a qualidade dos docentes, dos textos adoptados nos cursos e dos distribuídos aos alunos e da prática ao longo do ciclo cultural; e a avaliação da competência adquirida pelos alunos e se divulguem anualmente, na Internet, os dados essenciais desta problemática. A análise do Relatório Geral do 6.º Curso de Protecção Integrada da Vinha,

# melhorar a sua qualidade para garantir a sua sustentabilidade

realizado pela SAPI/ISA em 2000 (MEXIA & AMARO, 2003), poderá ajudar a atingir estes objectivos.

Quanto à formação profissional dos agricultores acumulou-se ampla evidência da deficiente qualidade de muitos cursos realizados e da escassa competência alcançada pelos alunos, pondo até em causa a hipótese da sua continuidade. É essencial ponderar rigorosamente esta má experiência e dar a maior prioridade: à produção pelas OA ou por outras entidades de manuais simples, de custo moderado e bem adaptados ao público-alvo; à formação contínua dos agricultores a assegurar, no terreno, pelos técnicos das OA; e à rigorosa elaboração dos cadernos de campo pelos agricultores apoiados pelos técnicos. Também é fundamental a disponibilidade de informação sobre esta problemática, a divulgar anualmente na Internet, e com a maior ênfase nos aspectos a melhorar progressivamente. Mas a inspecção à formação dos técnicos e dos agricultores e à sua actuação no terreno tem de ser eficaz.

A avaliação periódica da qualidade das organizações, dos técnicos e da prática da produção integrada pelos agricultores e a informação anual na Internet dos resultados dessa avaliação são fundamentais para a garantia da eficiente utilização das ajudas a atribuir e o consequente progresso e consolidação da produção integrada.

Também parece elementar para assegurar a credibilidade das entidades oficiais e a eficiência do sistema que sejam tomadas urgentes e adequadas medidas para garantir a eliminação de conhecidos erros da legislação e da regulamentação da produção integrada (método de protecção das culturas!!!) que persistem há tantos anos, e que seja assegurado eficiente apoio do Serviço de Avisos à protecção integrada e a eficiente comunicação do risco dos pesticidas que permita a sua adequada selecção após correcta estimativa do risco.

E toda esta problemática da qualidade da produção integrada e do respeito pelo rigor dos conceitos propostos pela OILB/SROP (*) deve preocupar permanentemente as entidades oficiais e os dirigentes das organizações de agricultores e os seus técnicos e ser bem evidenciada nas suas iniciativas de formação, de divulgação, de promoção de reuniões e de estímulo à certificação dos produtos de produção integrada. Também, neste caso, é importante a divulgação anual destas actividades na Internet.

## REFERÊNCIAS BIBLIOFRÁFICAS

AMARO, P. (2005) – As organizações de agricultores de protecção integrada e produção integrada (1994-2004). ISA Press, Lisboa, 130 p.

AMARO, P. (2006) – As medidas de política que poderão contribuir para melhorar a qualidade da produção integrada. Vida Rural, Fev. 06: 37-38.

MEXIA, A & AMARO, P. (2003) – A contribuição do ISA/DPPF/SAPI para a formação profissional em protecção integrada. In AMARO, P. (Ed.) Colóq. Conhecimentos Agricult. Prot. Integ. Vairão, Nov. 02: 64-81.

(*) Secção Regional Oeste Paleárctica da Organização Internacional de Luta Biológica e Protecção Integrada

# 23ª Ovibeja

"Todo o Alentejo deste Mundo"

## Beja
## 29 de Abril a
## 7 de Maio 2006

www.ovibeja.com

CRÉDITO AGRÍCOLA
Delta
SAGRES
ACOS
FEDER
P.O.R.A.

# Entrevista a António Nunes

## Presidente da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

**AJAP: Quais são os principais objectivos da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, por forma a fornecer mais garantias de segurança aos consumidores nacionais?**

**António Nunes**: De acordo com as várias atribuições consignadas na lei orgânica da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), eu ressaltava dois grupos de objectivos: o primeiro, relacionado com as actividades no âmbito da segurança alimentar, providenciadas no sentido da análise do risco, seja na vertente da gestão ou na vertente da comunicação do risco alimentar. O segundo grupo de objectivos respeita a área da fiscalização do mercado e da garantia de qualidade dos alimentos, de acordo com recomendações em termos de padrões internacionais.

**AJAP: De que forma este novo organismo pretende seguir o Regulamento Comunitário de segurança e higiene alimentar?**

**A. N**.: Através de uma fiscalização relacionada com o seu cumprimento. Ou seja, compete à ASAE fiscalizar o cumprimento dos regulamentos internacionais, e fá-lo-á no cumprimento da lei e na determinação que cada uma das normas impuser para os vários sectores. No caso concreto da higiene alimentar serão seguidas as recomendações que estão nos regulamentos, serão comparadas as práticas com o que é determinado, e naturalmente serão levantados os correspondentes autos quando se verificarem infracções. Claro que todos nós desejamos que os operadores cumpram os regulamentos e que os consumidores recebam os bens com qualidade e adequados àquilo que desejam em cada uma das suas trocas comerciais.

**AJAP: Quais as vantagens da criação de um único organismo nesta matéria, em prol dos anteriores, Inspecção-Geral das Actividades Económicas, da Agência Portuguesa de Segurança Alimentar e da Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar?**

**A. N.**: Até ao momento existiam três organismos, citados na pergunta, e muitos mais que trabalhavam a área, não só da Segurança Alimentar, mas também a área económica. Eu penso que a grande vantagem de estar reunido num único organismo tem a ver com a coordenação, que representa ainda uma vantagem para os próprios operadores económicos porque são fiscalizados por uma única entidade, com um único critério de fiscalização em todo o território nacional. Por outro lado, aos próprios consumidores é-lhes garantida que uma única entidade vai avaliar os operadores nas suas várias componentes, seja no caso de estabelecimentos que forneçam alimentação, higiene ou sanitárias, de horário, de cumprimento das várias legislações sobre organização do estabelecimento. Passam a estar concentrados numa única entidade todas as valências para que uma única equipa consiga observar a totalidade do cumprimento da lei em cada um dos sectores. Isso é, sem dúvida, uma vantagem acrescida, não só para o operador, mas também para o consumidor que passa a ter mais garantia de qualidade.

**AJAP: De que forma a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica pretende promover a comunicação de riscos na área da segurança alimentar junto dos consumidores?**

**A. N**.: A comunicação do risco da área alimentar é um dos nossos objectivos, e talvez um dos principais desafios que a ASAE vai ter que enfrentar. É necessário encontrar uma estratégia para que a comunicação de risco seja permanente e sustentada. O primeiro passo para que a comunicação de risco tenha sucesso é que o consumidor esteja atento e desejoso de receber informação. Portanto, iremos desenvolver alguns estudos de mercado que nos permitam perceber que tipo de alimentação é que os portugueses consomem. Depois num segundo passo, devemos entender qual é o grau de percepção que o consumidor tem do risco alimentar, e em terceiro lugar, iremos desenhar uma campanha de informação face a estes dois parâmetros que não estão hoje avaliados. Assim, diria que vamos começar por avaliar primeiro a situação para depois poder desenhar como vamos proceder a esta comunicação do risco.

**AJAP: Como se processarão as análises à avaliação dos riscos biológicos, químicos, físicos e nutricionais e dos riscos inerentes à saúde e bem-estar animal e à alimentação animal?**

**A. N**.: A avaliação dos riscos vai ser feita em duas fases: numa primeira fase o conjunto de técnicos na ASAE deverão estudar a doutrina nacional e internacional sobre esta matéria, e numa segunda fase, a avaliação funcionará através do conselho científico e das comissões técnicas especializadas que reúnem especialistas nas várias áreas, que depois desenvolverão e homologarão alguns desses estudos. Temos ainda uma terceira vertente, realizada através de protocolos com instituições técnicas e científicas e universitárias, que poderão desenvolver projectos de acordo com as nossas necessidades para avaliação desses riscos.

# Investimento nas Explorações Agríco

## O Futuro Traz-nos um

**Tito Rosa**

**Gestor do Programa AGRO**

***A suspensão actual de candidaturas justifica-se assim no princípio estrito da boa gestão dos recursos orçamentais em compatibilização com os critérios de política de financiamento consagrada no conteúdo e objectivos do Programa***

Entrámos no último ano de vigência do III Quadro Comunitário de Apoio. Os anos de 2007 e 2008 serão tempo de execução integral dos investimentos aprovados e financiados e de preparação e encerramento das contas. Entretanto novo Programa de apoio ao investimento deverá estar em pleno funcionamento possibilitando aprofundar a modernização da agricultura portuguesa e, nesse contexto, procurar inverter o seu envelhecimento através de operações eficazes de atracção dos jovens ao sector.

O actual Programa AGRO financiou, até finais de 2005, 15 862 projectos de investimento de criação, adaptação ou modernização de explorações agrícolas. Estes projectos, embora ainda nem todos concretizados (a sua realização física e financeira pode ocorrer após 2006), suportam um propósito de investimento que atinge 1,5 mil milhões de euros o que atesta, claramente, uma predisposição dos agricultores para encarem o sector como um sector de evidentes oportunidades e capacidades para poder, ainda que não generalizadamente nas actividades nem para todos, ser modo de vida e de negócio interessante. Deve-se dizer, muito poucas ou quase nunca é dito, que os agricultores portugueses têm investido, anualmente, no sector cerca de 250 milhões de euros.

A Medida 1 do Programa que financiou esse investimento com taxas médias de 40 %, num montante global de incentivos concedidos de 694 milhões de euros é a locomotiva da gestão material e financeira do Programa sendo a que maiores recursos tem orçamentados mas também a que mais recursos consome tendo em conta a sua elevadíssima procura.

Esta elevada procura quando confrontada com a necessidade de gerir recursos orçamentais, sobretudo os que provêm directamente do Orçamento de Estado, sujeito como se sabe a fortes condicionantes motivadas pelo esforço de ajustamento que vem sendo feito em sede do chamado Pacto de Estabilidade e Crescimento, justifica e recomenda um controlo mais apertado e a aplicação, de forma quiçá mais difícil e, por vezes, menos compreendida em virtude do número de promotores envolvidos, de uma selecção de prioridades no acesso aos apoios impossibilitando o financiamento de todas as candidaturas ainda que cumpram os requisitos técnicos mínimos para uma apreciação favorável.

É esta metodologia que a gestão do AGRO tem seguido desde inicio do ano de 2005 e foi com base no balanço entre procura e disponibilidades de fundos da Medida 1 efectuado no final do ano que foi assumida a recomendação de suspender a entrada de novas candidaturas. Refira-se que a taxa de absorção bruta dos Fundos (montantes financeiros aprovados relativamente aos montantes financeiros orçamentados) era, no final de 2005, de 98% (a taxa média do Programa correspondia a 94%). Acrescente-se ainda que se não fora a aplicação de um regime de aprovações com base nos critérios de prioridade, a suspensão de novas candidaturas há muito que teria que ser desencadeada.

A suspensão actual de candidaturas justifica-se assim no princípio estrito da boa gestão dos recursos orçamentais em compatibilização com os critérios de política de financiamento consagrada no conteúdo e objectivos do Programa.

Também se justifica como medida de gestão transparente porque ao assumi-la evita-se que sejam criadas infundadas expectativas quanto à hipótese do seu financiamento, com maior ou menor prazo de dilação.

A hipótese de novos financiamentos a projectos de investimento da Medida 1 é, nestas circunstâncias, bastante remota, pelo menos nas condições de apoio actuais, as quais por cada euro aprovado utilizam 42 cêntimos de recursos públicos, sendo 10,5 cêntimos de Orçamento do Estado.

Embora conscientes das dificuldades que a situação possa criar sobretudo a todos os que antes de 2 de Janeiro de 2006 apresentaram candidaturas e ainda não viram a decisão tomada e, nestes, todos os que, eventualmente, iniciaram os respectivos projectos (é útil referir que as despesas realizadas antes de uma decisão são sempre da responsabilidade dos próprios promotores e também que os prazos de decisão que vinham sendo cumpridos, cerca de 90 dias, eram compatíveis, com uma atitude de prudência na assumpção de compromissos com terceiros!), pensamos ser mais proveitoso concentrar as nossas atenções no muito que fizemos até à data e se, sobretudo, o fizemos da melhor forma, da forma mais eficaz quando imaginamos se os milhões de euros de incentivos a fundo perdido concedidos asseguraram uma reprodução compatível em riqueza, competitividade e qualificação.

Certamente que sobre esta questão muitos terão certeza e bastantes terão dúvidas. E se os Relatórios de Avaliação ou de Execução identificam as vantagens de tão elevado esforço de

# colas - O caso dos Jovens Agricultores

## m Desafio de Qualidade e Eficácia

apoio ao sector, outros dados e outras apreciações (até com certo cariz de auto crítica) não deixam margens para que não tenhamos em conta a absoluta necessidade de aplicar critérios de maior selectividade e de garantia de condições de sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental dos investimentos em que são aplicados, com significância, recursos públicos.

O modelo assente numa sobre-motorização absoluta ou relativa, nas prioridades "coladas" a actividades, algumas sem sustentação que não passe por transferências directas de rendimento, quase todas sem um perfil de desenvolvimento estratégico que privilegie a capacidade empresarial, o conhecimento e a tecnologia, a diferenciação qualitativa, a organização e cooperação intrasectorial, não nos tem permitido os ganhos de produtividade compatíveis com o investimento feito.

Cerca de 5 000 Jovens Agricultores puderam iniciar a sua actividade no meio empresarial agrícola graças aos apoios públicos veiculados pelo Programa

Também este raciocínio se pode aplicar, salvaguardadas as diferenças, no universo do segmento Jovens Agricultores, uma vez que todos os indicadores apontam hoje para que, apesar a optimização na utilização regulamentar dos apoios e descriminações positivas, tem, em matéria de eficácia da política, ficado suficientemente aquém dos objectivos de rejuvenescimento que mantêm, desde há muito, "assento" na 1ª fila das prioridades de política estrutural e de investimento na agricultura portuguesa.

Em média o AGRO financiou cada um dos Jovens Agricultores aprovados com 58 500 euros de incentivos (prémios e ajudas ao investimento) o que não deixa de ser muito relevante numa economia com as nossas dificuldades.

Embora vá situar-se abaixo do objectivo iniciado programado, cerca de 5 000 jovens agricultores puderam iniciar a sua actividade no meio empresarial agrícola graças aos apoios públicos veiculados pelo Programa. De uma forma diversa e merecedora de aprofundada análise, não só económica mas também ao nível do comportamental e do social, a Norte do País com especial relevância nas regiões de Trás-os-Montes e do Minho. Nos Distritos de Vila Real, Bragança e Porto, como se pode ver na figura, instalaram-se cerca de 37 % dos Jovens e neles foi realizado 36 % do investimento financiado. Se acrescentarmos os valores referentes ao Distrito de Braga, as duas Regiões referidas corporizam perto de metade da procura.

Releve-se ainda o impacto que se verifica nos seguintes quatro concelhos: Chaves, Mirandela, Mogadouro e Póvoa do Varzim. Nestes Concelhos verificaram-se mais de um terço das instalações das duas Regiões nortenhas.

São números que nos devem conduzir a reflectir sobre os destinatários da política, o seu perfil, o método como os financiamos, certamente não inteiramente adequado, a eficácia com o que o fazemos e, até, o grau de atractibilidade económica de algumas actividades. Pondere-se bem a agricultura a tempo parcial, pondere-se melhor a multi-diversidade de rendimentos, reflicta-se com realismo a reforma antecipada e a sucessão real na exploração, reavalie-se factores de insucesso dissociando os administrativos, dos técnicos e dos financeiros.

Entrando numa nova fase de suporte ao desenvolvimento empresarial da agricultura portuguesa tudo o que iremos fazer, agora com mais de uma década de experiência feita, só pode ser de melhor forma, com soluções mais criadoras mas ao mesmo tempo mais próximas da realidade e do tempo de como as coisas acontecem, com critérios de maior rigor, maior selectividade e mais racional utilização dos recursos.

Há que saber actuar ao nível de todos os factores que podem ou contribuam para a instalação e sucesso de um novo empresário, desenhando as medidas e concebendo os instrumentos que, com apoio público, melhor garantam esse objectivo.

O próximo futuro traz-nos um desafio de qualidade e eficácia como nunca antes tivemos. Porque não há mais tempo para aprender e existe todo o tempo para nos afirmarmos neste mundo de competitividade que, sem esquecer que as políticas públicas devam assumir formas de evitar rupturas sociais ou fenómenos de desumanização de regiões menos favorecidas, também não se deva colocá-las ao serviço de horizontes em futuro, de empresários sem mérito, de administrações ineficientes ou de "alimento" de negócios sem valia.

Devem as organizações profissionais que podem representar os jovens agricultores assumir um estatuto mais qualificado de participação neste processo, assumindo com maior visibilidade e empenho a mudança e rejeitando, o que a prazo sempre será penalizador, as soluções maximalistas mas pouco sustentadas. De certo que assim acontecerá.

# O Sistema de Informação da Vinha e do Vinho

**Afonso Correia**

**Vice-Presidente do Instituto da Vinha e do Vinho**

***O SIvv tem vantagens nas várias vertentes de relação entre entidades, incluindo a relação entre agentes económicos e a Administração Pública, a relação entre instituições/departamentos da Administração Pública e a relação entre a Administração Pública e os seus colaboradores***

O Instituto da Vinha e do Vinho desenvolve a sua actividade como entidade coordenadora do sector vitivinícola, designadamente na gestão e valorização do património vitivinícola nacional e como instância de contacto com a União Europeia para as matérias previstas na Organização Comum do Mercado Vitivinícola.
A necessidade permanente de se relacionar com um conjunto de entidades, nomeadamente com os seus principais parceiros, fomentaram o desenvolvimento de um processo de reengenharia processual e funcional, cujo pilar principal assenta no desenvolvimento e implementação do Sistema de Informação da Vinha e do Vinho (SIvv).

O processo de reengenharia teve início em 2003, através da análise processual e identificação dos requisitos funcionais e tecnológicos do SIvv. Em Junho de 2005 teve início o desenvolvimento do projecto, prevendo-se a sua conclusão até ao final do 1º semestre de 2006 e a entrada em produção no decurso do 2º semestre.

Através da concretização do SIvv, os agentes económicos poderão apresentar as declarações obrigatórias (Declarações de Existências e Declarações de Colheita e Produção) e outros pedidos por via electrónica, acedendo directamente ao sítio do SIvv ou, também, através do Portal do Cidadão e do Balcão Verde. Adicionalmente, no sentido de ampliar a sua abrangência, tendo em linha de conta os agentes que não usam tecnologias de informação e de comunicação, o SIvv estará igualmente disponível em balcões físicos localizados nas DRA, CVR e Organizações de Produtores, onde um interlocutor funcionará como intermediário entre o sistema e o agente económico.

Por outro lado, o SIvv ficará apto a interagir com outros sistemas de informação, como sejam os das Comissões Vitivinícolas Regionais e Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, no que respeita aos processos de negócio relacionados com a aptidão de vinhas para a produção de vinhos de qualidade e com os vinhos certificados, com as DRA, no que concerne à gestão do potencial vitícola, com o IFADAP/INGA, por via da integração do cadastro da vinha no parcelário agrícola e com outros sistemas de informação, relativamente aos quais se venha a revelar a necessidade de desenvolver mecanismos de interoperabilidade.

O SIvv tem vantagens nas várias vertentes de relação entre entidades, incluindo a relação entre agentes económicos e a Administração Pública, a relação entre instituições/departamentos da Administração Pública e a relação entre a Administração Pública e os seus colaboradores.

Serão melhorados os processos de trabalho e será aumentada a autonomia dos colaboradores, a sua capacidade de resolução de problemas e a celeridade e segurança na decisão.
Adicionalmente, no relacionamento externo com os agentes económicos, o SIvv poderá aderir facilmente ao princípio do balcão único e promove uma maior disponibilidade e proximidade dos serviços, a simplificação administrativa, o acesso a mais informação e de maior qualidade e a redução do tempo de resposta aos pedidos. Para além destas vantagens, os agentes económicos que disponham de sistemas de informação, poderão beneficiar da possibilidade do desenvolvimento de mecanismos de interoperabilidade, com a consequente harmonização e integração de dados e aplicações, uma vez que o SIvv assenta numa plataforma tecnologicamente avançada, constituída por software standard (Oracle), facilmente integrável com outros sistemas.

O SIvv promoverá a resolução de constrangimentos de eficiência interna, a normalização e automatização dos principais processos administrativos, a integração de dados e a garantia de interoperabilidade

A Direcção do IVV entende que a aposta no SIvv tem a ambição de tornar verdadeiramente articulada a coordenação do sector vitivinícola entre todas as entidades intervenientes.

A ampla base de utilização que o SIvv virá a ter, implica a divulgação da evolução do projecto, de forma a permitir o seu acompanhamento, quer pelos colaboradores do IVV, quer por entidades externas, no sentido de preparar o futuro, hoje.

# Com os agricultores combater o abandono

É com os Jovens Agricultores que o desenvolvimento rural tem de ser feito, numa óptica que não pode ser de meros guardadores da paisagem, mas sim de agentes activos do desenvolvimento de vastas regiões do país.

A questão que a AJAP nos coloca (estratégia e medidas para enfrentar a situação de elevado índice de abandono de terra que se regista no interior do país) coincide com um dos 5 objectivos estratégicos do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação – PANCD: fixação da população activa nas zonas rurais. Este objectivo deriva da constatação que se fez e faz de que o despovoamento (também dito desertificação humana) é um dos traços mais marcantes da desertificação em Portugal (como, aliás, em toda a margem europeia da Bacia Mediterrânica). Para o atingir, o PANCD estabelece alguns objectivos específicos, dos quais destacamos:

- Desenvolvimento regional, rural e local, como factor determinante da fixação das populações nas regiões mais susceptíveis à desertificação e à seca;

- Organização dos agentes do desenvolvimento económico e social, em torno dos seus interesses profissionais, económicos, culturais, desportivos, ambientais, como via para uma participação activa da população nas decisões que lhes respeitam e na valorização e qualificação do território.

- Melhoria das condições de exercício das actividades agrícolas compatíveis com as características do suporte natural em que são desenvolvidas.

- Alargamento e melhoria da ocupação e gestão florestal para reforço do papel da floresta na conservação do solo e da água.

- Informação e sensibilização permanente aos diferentes sectores da população, habitantes e decisores, sobre a problemática da luta contra a desertificação e a seca, e seu contributo para a defesa da Vida na Terra.

É claro que no primeiro destes objectivos específicos está um mundo – o do desenvolvimento – que é conseguido com os outros referidos, dos quais se destaca o último – informação e sensibilização – e o segundo – participação activa das populações nas decisões que lhes respeitam.

Vê-se por este enunciado que não se trata de medidas avulsas, mas sim de conjuntos concertados de políticas. Parecem evidentes, mas são geralmente não praticadas. Em especial, raramente as populações, designadamente os agricultores, são convidadas a reflectir e a discutir as soluções: o costume é, na melhor das hipóteses, serem convidadas a pronunciarem-se sobre medidas já desenhadas, apenas susceptíveis de pequenos ajustamentos. É por isso que, depois de adoptadas, são tão geralmente contestadas: é que, por melhores que sejam as intenções de quem as formula, elas só por acaso correspondem a anseios das pessoas.

Dito de outra forma, que devia ser inquestionável num país que se pretende desenvolvido: no próprio espírito (e letra) da Convenção de Combate à Desertificação, as populações afectadas pela desertificação não são destinatários das medidas, mas sim parceiros na sua construção. É por isso que o PANCD assume o objectivo específico da organização dos agentes do desenvolvimento económico e social: para que, mesmo quando são esquecidos na fase de preparação das medidas, possam reivindicar participarem.

No âmbito do nosso trabalho pode-se dar um exemplo que está em curso: a Estratégia das Furnazinhas de luta contra a desertificação. Resulta da forma como se construiu a reacção local aos incêndios de 2004 no Sotavento algarvio (Castro Marim e Alcoutim – área-piloto de combate à desertificação), em que arderam 20 mil hectares. A população reflectiu sobre o que queria para o seu próprio futuro, numa área muito deprimida e despovoada – e disse-o às Autoridades, através de um plano integrado contendo 39 acções nos domínios da agricultura, floresta, ensino, social, cultural e económico. Agora, as referidas autoridades estão confrontadas com dar resposta a esses anseios, e algo está a mudar.

É com os jovens agricultores que o desenvolvimento rural tem de ser feito, numa óptica que não pode ser de meros guardadores da paisagem, mas sim de agentes activos do desenvolvimento de vastas regiões do país. Para isso não podem enfrentar o presente com os mesmos paradigmas de há anos atrás, pois até a PAC mudou!

***Victor Louro***

***Presidente da Comissão Nacional de Combate à Desertificação***

# Associação Interprofissional da Fileira Olívicola AIFO

Nasceu, no dia 2 de Fevereiro de 2006 a AIFO, como resposta de todo o sector oleícola, aos problemas existentes neste século XXI, pretende assim em associação o sector e através do consenso fazer evoluir a olivicultura portuguesa neste mercado cada vez mais sem fronteiras.

A AJAP, CAP, Casa do Azeite, CNA e CONFAGRI reuniram-se e constituíram a AIFO – Associação Interprofissional da Fileira Olivícola.

São associados fundadores da AIFO:

a) Em representação do sector da produção olivícola:

- a AJAP – Associação dos Jovens Agricultores de Portugal;
- a CAP- Confederação dos Agricultores de Portugal;
- a CNA – Confederação Nacional de Agricultura;
- a CONFAGRI- Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL;

b) Em representação do sector da transformação e comercialização olivícola:

- a CASA DO AZEITE – Associação do Azeite de Portugal;
- a CONFAGRI- Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL;

A AIFO tem por objecto a promoção, fomento e apoio ao grupo de produtos agro-alimentares constituídos pelo azeite, azeitona e seus derivados.

São atribuições da AIFO a definição de programas e o desenvolvimento de acções que contribuam nomeadamente para:

a) Um melhor conhecimento e transparência dos mercados, designadamente mediante a produção de informação estatística e de análise de tendências;
b) Contribuir para o estabelecimento das relações contratuais entre os agentes económicos;
c) Promover programas de investigação e desenvolvimento, experimentação e demonstração, em articulação com as entidades públicas responsáveis pela investigação, com vista à obtenção de novas utilizações e melhores adaptações às necessidades dos mercados e desenvolvimento tecnológico de toda a fileira olivícola;
d) Desenvolver acções de promoção e divulgação dos produtos nos mercados interno e externo, designadamente através da realização de campanhas de informação técnica e comunicação, vocacionadas para aumentar a confiança dos consumidores e conquistar novos mercados;
e) Assegurar a inovação e controlo de qualidade ao nível da produção, da transformação e do acondicionamento do produto final;
f) Incentivar a realização dos controlos sanitários e de qualidade;
g) A defesa do ambiente, através da implementação de soluções que conjuguem ópticas de sustentabilidade económica e ambiental;
h) A certificação do produto final;
i) O desenvolvimento de acções tendentes a garantir o equilíbrio adequado da oferta e da procura no sector;
j) A promoção de acções de formação, numa perspectiva de formação contínua e constante actualização;
k) O estabelecimento de acordos interprofissionais que possam ser extensivos, total ou parcialmente aos operadores do sector;
l) O exercício de quaisquer outras actividades que, por deliberação da Assembleia-Geral, se integrem nos fins da AIFO.

2. Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea a) do número anterior, a AIFO deverá cooperar com o Observatório dos Mercados Agrícolas e das Importações Agro-Alimentares. A AIFO já entregou o respectivo pedido de aprovação ao Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar (GPPAA).

Como a união faz a força, a AIFO vai-se candidatar ao programa das organizações de operadores oleícolas.

**Organizações de Operadores Oleícolas**
Com o objectivo de promover uma melhoria no impacto ambiental da produção oleícola, bem como um aumento da qualidade da produção de azeite e de azeitona de mesa.

Através deste programa poderá financiar parte do seu abrangente plano de actividades para o triénio 2006/2009 como forma de desenvolver no bom caminho as políticas para o sector.

# BIOGÁS: uma energia alternativa?

A utilização do Biogás em Portugal dá ainda passos demasiado pequenos para as vantagens que se encontram na sua utilização, principalmente a nível ambiental, sendo ele uma fonte de energia renovável, que se pode obter a partir do tratamento dos resíduos sólidos urbanos. O processo consiste basicamente na degradação da matéria orgânica, resultante da digestão anaeróbica, que constitui parte dos resíduos sólidos urbanos, e por acção dos microorganismos que vivem na ausência de oxigénio degradando a matéria orgânica produzindo, assim, o Biogás.

Fomos encontrar na Azambuja, a exploração agro-pecuária Vale Henriques, que se dedica fundamentalmente à venda de porcos reprodutores. É propriedade da Casa Ortigão Costa, e tem como responsáveis principais Alfaro Cardoso e Dionísio Dispo. Com cerca de 24 ha, a exploração detém um total de 7 500 suínos, o que parece anormal dada a ausência de cheiros durante toda a nossa visita pela exploração.

**Como começou?**
O veterinário da exploração, Alfaro Cardoso, conta que o biogás nasceu na Vale Henriques em 1985, numa altura em que havia ajudas para as energias alternativas, traduzida numa percentagem a fundo perdido. Assim, decidiram implementar o sistema de biogás como forma de reduzir os custos, nomeadamente, no aquecimento das maternidades. "Os leitões eram aquecidos com biogás, e o excedente transformado em energia eléctrica. Deixámos de usar o aquecimento a gás butano e passamos a usar o gás metano. A factura do gás acabou e da electricidade baixou significativamente", conta Alfaro Cardoso.

**Vantagens e Desvantagens**
Segundo Manuel Dias, responsável pela manutenção do biogás, a poupança de energia não é a maior vantagem da utilização do biogás". É, principalmente, a parte do ambiente, porque a biomassa ao passar pelo digestor a matéria perde o cheiro, quando vai para as lagunas já não existe cheiro nenhum, são só lamas que assentam no fundo". Manuel Dias considera que a obra foi bem feita logo desde início.

Existe, obviamente, um grande desgaste do material, dado que lidam com estrume de porcos e não de vacas, o que é altamente corrosivo em relação ao estrume de outros animais, mas têm conseguido manter ao longo de 20 anos sempre a funcionar. A maior desvantagem que sentiram foi ao nível da produtividade, explica o veterinário, pois o biogás tende a baixar muito a produção. Conta que "o ambiente das maternidades aquecidas a biogás nunca é o mesmo das maternidades aquecidas a energia eléctrica. O biogás queima o oxigénio, e o ambiente torna-se muito mais carregado. Por isso, os partos das porcas eram muito mais demorados, e alguns dos leitões nasciam com pouca vitalidade. As porcas comiam menos, davam menos leite. As nossas maternidades tinham uma média de 8,5 leitões desmamados, neste momento estamos com 10,5."

Actualmente, a Vale Henrique utiliza biogás apenas no forno crematório, uma incineradora que trabalhava com electricidade e que tinha despesas demasiado elevadas, funcionando agora a custo zero. Alfaro Cardoso assegura que o biogás tem sido uma grande ajuda, e que neste momento a central do biogás é-lhes indispensável em nome do ambiente.

Quando questionámos se as ajudas foram o principal motivo por detrás da implementação do biogás na exploração, o veterinário respondeu que não, que "a ideia era produzir biogás para reduzir os custos energéticos, essencialmente. O incentivo de cerca de 30%, a fundo perdido, que na altura davam para este tipo de investimento, foi muito importante."

**O ambiente**
O veterinário Alfaro garante que o biogás tem uma grande vantagem, e não é tanto pela energia alternativa, trata-se da carga poluente que baixa consideravelmente ao produzir o biogás. "Neste momento, o biogás não só é encarado como energia alternativa, mas também como um factor que despoluente da exploração. Se nós tivermos um sistema de biogás a funcionar bem e um separador de sólidos, reduzimos uma grande quantidade de biomassa, e ficamos assim com maior capacidade de armazenagem, visto que a parte sólida já foi eliminada, produzindo a mesma quantidade de biogás, e isto permite-nos aumentar a despoluição dos efluentes não baixando a produção de energia. O veterinário garante ainda que "se não tivéssemos a separação de sólidos e de líquidos, se não tivéssemos o biogás, teríamos certamente problemas com o ambiente." A exploração tem controlos bimensais realizados nas lagunas e garante que estão sempre muito abaixo dos valores aconselhados. "Neste momento encaramos o biogás como energia alternativa e como um meio para despoluir os nossos efluentes. "

Alfaro Cardoso e Dionísio Dispo

Gerador que produz energia eléctrica

Uma das três lagunas existentes

# Licenciamento de explorações
## Bovinicultura

Visando disciplinar a actividade do sector e simultaneamente simplificar o processo de licenciamento, foi publicado o Decreto–Lei n.º 202/2005 que estabelece as novas normas sobre o processo de licenciamento de explorações de bovinos.

Neste decreto estão previstos três tipos diferentes de licenças a atribuir, classificadas da seguinte forma:

- Licença tipo A, incluem:
  - Explorações cujo efectivo total não exceda as 10 CN;
  - Pequenas explorações cujo encabeçamento não exceda 5,6 CN/ha;
  - Todas as explorações extensivas, isto é, as explorações que utlizam o pastoreio em todas as fases do seu processo produtivo e cujo encabeçamento não ultrapasse 1,4 CN/ha.

- Licença tipo B:
  - Explorações em regime intensivo com efectivo bovino superior ou igual a 500 e explorações localizadas em áreas sensíveis com efectivo bovino superior ou igual a 250. Sendo as explorações em regime intensivo as que em área coberta ou ao ar livre não utilizam o pastoreio em qualquer das fases do processo produtivo ou cujo encabeçamento é superior a 2,8 CN.

- Licença tipo C:
  - Explorações que não se enquadram no tipo A nem no tipo B.

Para a licença tipo A são consideradas pequenas explorações bovinas aquelas onde sejam alojadas, criados ou mantidos até:
- 50 vacas de produção de leite e respectivo efectivo de substituição;
- 100 vacas aleitantes ou destinadas

a fins lúdicos e respectivo efectivo de substituição;

- 150 bovinos de recria e acabamento.

Requisitos para a emissão das licenças:
O requerimento para a obtenção da licença é apresentado nas DRA's e deverá ser dirigido ao Director–Geral de Veterinária, com a seguinte documentação:

- Identificação do requerente e da marca de exploração, domicilio, sede, número de identificação fiscal, no caso de pessoa colectiva identificação dos seus representantes.

- Parecer emitido pela câmara municipal respectiva que documente que as instalações não estão localizadas em área sujeita a proibição ou restrição de edificação;

- Licença de utilização das instalações;

- Planta de localização e de implementação das instalações na escala de 1:1000;

- Plantas técnicas indicando o equipamento e as redes de água de lavagem e de bebida e dos esgotos implantadas nas instalações na escala de 1:100, no caso das explorações leiteiras e dos veteleiros;

- Modelo P1 e P3 emitido pelo INGA;

- Número de INGA;

- Plano de gestão de efluentes quando exigível.

Após a entrega do requerimento é solicitado pelas DRA's aos organismos competentes os seguintes documentos:

Licença tipo C:
- Parecer vinculativo da câmara municipal da respectiva área do assento da lavoura e das autoridades ambientais de saúde e ordenamento do território.

Licença tipo B:
- Declaração de impacte ambiental.

Licença tipo A:
- Parecer vinculativo da autoridade ambiental podendo ser solicitado caso se justifique também os pareceres das licenças do tipo C.

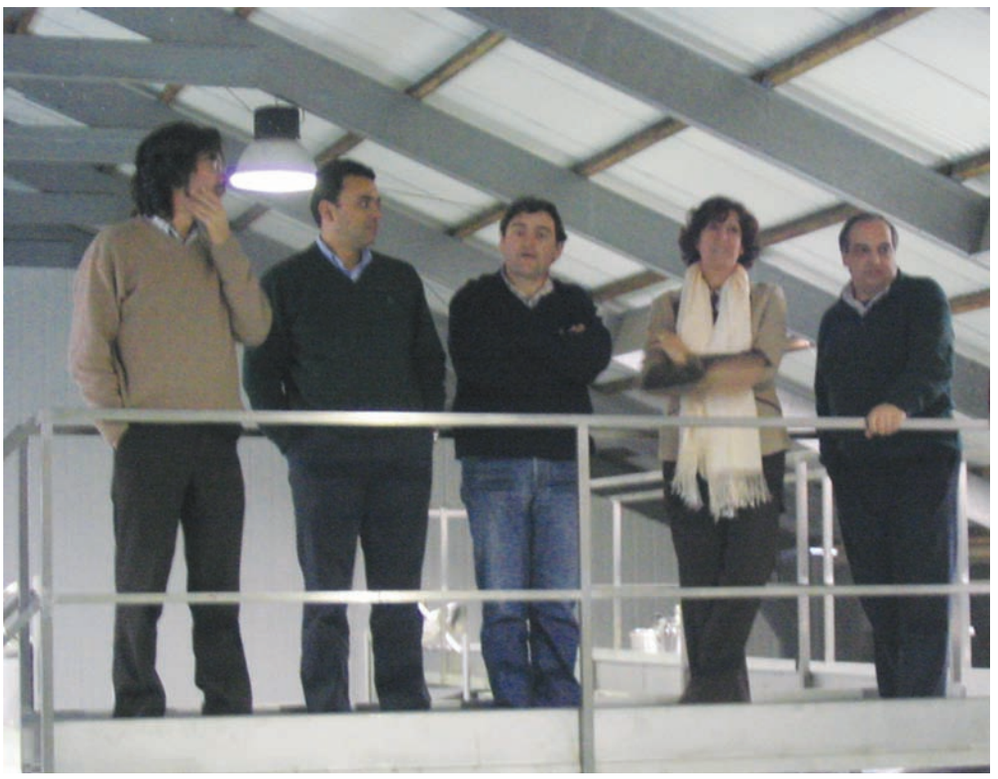
As explorações de bovinos que procedam à valorização agrícola de efluentes pecuários como fertilizantes ou correctivos orgânicos e as explorações intensivas ou semi-extensivas que exerçam a sua actividade em zonas não sujeitas a legislação especial são obrigadas a apresentar um plano de gestão de efluentes, elaborado de acordo com normas técnicas descritas no anexo IV do Decreto – Lei n.º 202/2005.

Não são obrigadas a cumprir estas normas técnicas todas as explorações extensivas e as explorações cujo efectivo total não exceda 10 CN, desde que os encabeçamentos não ultrapassem 5,6 CN/ha ou 4 CN/ha na situação respectivamente de inserção em sistemas de agricultura de duas culturas regadas e de uma cultura regada anual.

***Os bovinicultores já existentes à data de entrada em vigor Decreto-Lei n.º 202/2005 – 24 de Dezembro de 2005 – devem apresentar obrigatoriamente num prazo de seis meses, uma declaração de actividade, e adaptar as suas explorações ao novo regime até 31 de Dezembro de 2008.***

# Concurso Jovem Agricultor 2005

## Os finalistas



### O Júri Nacional

Mais de 100 candidaturas ao Concurso Jovem Agricultor 2005 foram entregues nas delegações da AJAP, de Norte a Sul. Numa iniciativa promovida pela AJAP com o apoio do Gabinete do Programa AGRO e da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, o Concurso Jovem Agricultor 2005, tem como objectivo primeiro recordar todos os Jovens Agricultores nacionais que se instalaram na agricultura apesar das dificuldades existentes, e premiar os melhores de entre os melhores.

Dado o elevado nível de qualidade dos participantes, a selecção das candidaturas não foi tarefa fácil, e quanto mais estreita, mais difícil se torna  a decisão para o júri nacional, composto pelo Presidente da AJAP, Firmino Cordeiro, o Gestor do programa AGRO, Tito Rosa, a Directora do GPPAA, Rita Horta e Jorge Lourenço, representante da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo. Durante os dias 7 e 8 de Março, o júri nacional visitou as últimas explorações, por forma a escolher os dois Jovens Agricultores que mais se destacaram quer ao nível técnico, quer tecnológico.

Os Jovens Agricultores concorreram aos seguintes Prémios: Jovem Agricultor 2005, no valor de 15 000 euros, e o de Inovação e Tecnologia, no valor de 10 000 euros. Os jovens que se seguem são os finalistas do Concurso, que se disponibilizaram para nos dar a conhecer o que têm de mais valioso: a sua exploração.

**Nome:** José Augusto Fernandes
**Idade:** 33
**Data da Instalação:** 01/10/2002
**Tipo de Projecto:** Exploração de raíz, especializada na propagação vegetativa de plantas ornamentais. Possui um campo de pés mães com 15 000 m2 que fornece a maioria das estacas - cerca de 120 variedades diferentes.
**Localização:** Vila Praia de Âncora
**"Estufas munidas de forte componente tecnológica"**

**Nome:** Paulo Jorge Mata
**Idade:** 24
**Data da Instalação:** 08/02/2003
**Tipo de Projecto:** Exploração com 235 ha: Vinha (9 ha), Olival (26 ha), Amendoal (80 ha), consiações forrageiras (108 ha). Detém ainda 340 ovelhas de leite e 40 vacas.
**Localização:** Pinhel
**"Trata-se de um jovem agricultor que apesar de possuir uma exploração numa zona marginal na agricultura portuguesa, é extremamente dinâmico"**

**Nome:** Jorge Miguel Oliveira
**Idade:** 33
**Data da Instalação:** 02/10/2000
**Tipo de Projecto:** Exploração Agro-pecuária, com cerca de 30 ha de regadio, 80 vacas adultas, 35 novilhas e 20 vitelas.
**Localização:** Trofa
**"Grande investimento no melhoramento genético das novilhas. Nos diferentes concursos em que tem apresentado animais, tem obtido quase sempre prémios na categoria descendência de vaca."**

**Nome:** Joana Mota de Castro
**Idade:** 30
**Data da Instalação:** 11/2001
**Tipo de Projecto:** Exploração de vinha como cultura dominante, com 31 ha. Com o investimento realizou a plantação da vinha, adquiriu equipamento para a manutenção das vinhas, construiu a adega e respectivo equipamento de apoio.
**Localização:** Lousada
**"Os vinhos têm obtido prémios em diferentes concursos"**

**Nome:** Odino dos Santos e Almeida
**Idade:** 31
**Data da Instalação:** 29/10/2004
**Tipo de Projecto:** Exploração Agro-pecuária, com cerca de 140 vacas leiteiras. Faz engorda de novilhos e a recria das novilhas para reposição. Possui 54 ha, 33 dos quais são de regadio onde efectua milho forrageiro em protecção integrada.
**Localização:** Vagos
**"Remodelação integral no estábulo, investimento em robots de ordenha, sistema de ventilaçãos, entre outros"**

**Nome:** Vasco Manuel da Silva
**Idade:** 25
**Data da Instalação:** 01/01/2004
**Tipo de Projecto:** Exploração com 26 ha de maçãs e 9 ha de pêras. Foi construída uma central fruteira com 1070 m2, equipada com 2 câmaras de atmosfera controlada, foi adquirido um empilhador, paletes e equipamento informático.
**Localização:** Caldas da Rainha
**"Uma das maiores apostas foi o investimento em atmosfera controlada dentro das câmaras, aumentando significativamente a qualidade da fruta"**

**Nome:** Carlos Miguel Henriques
**Idade:** 30
**Data da Instalação:** 27/02/2002
**Tipo de Projecto:** Exploração com 10,45 ha de pêra rocha, tendo sido contruído um armazém agrícola e adquirido diversos equipamentos nomeadamente, sistema de rega, pulverizador, triturador.
**Localização:** Cadaval
**"A produção do pomar tem aumentado sistematicamente, ainda assim, consegue escoar a sua totalidade, devido à sociedade na Central Frutos do Painho SA"**

**Nome:** Idalina Carocha Carrilho
**Idade:** 36
**Data da Instalação:** 18/08/2003
**Tipo de Projecto:** Exploração com 2,18 ha com 4580 m2 de estufas para rosas, com plástico duplo e aberturas zenitais automatizadas. Instalaram rede térmica, optando por hidroponia, para além do aquecimento das estufas, utilizam o CO2 e luz artificial.
**Localização:** Merceana
**"Trata-se de uma exploração exemplar com recurso às mais recentes técnicas para a produção de rosas"**

# Postos de Atendimento do SNIRB

Sr. Agricultor, não esqueça que o fornecimento de todas as informações referentes ao seu efectivo bovino é de carácter obrigatório.

| Concelhos | Postos de Atendimento do SNIRB | Telefone |
|---|---|---|
| Alfândega da Fé | Ass. de Prod. Agro-Florestais da Terra Quente-AGRIARBOL | 279 462 682 |
| Alijó | Centro de Gestão da Empresa Agrícola do Alto Douro | 259 950 532 |
| Amarante | Associação de Agricultores de Ribadouro | 255 431 403 |
| Ansião | Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ansião | 236 679 037 |
| Borba | Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Borba | 268 841 547 |
| Bragança | Ass. para o Des. Agrícola e Rural da Terra Fria - Monteval | 273 327 037 |
| Campo Maior | Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Caia | 268 688 020 |
| Cuba | Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo | 284 414 140 |
| Figueira C. Rodrigo | Gabinete de Coordenação Regional da Beira Interior | 271 312 139 |
| Lisboa | AJAP - Lisboa | 213 244 970 |
| Lousada | Centro de Gestão Agrícola de Vale de Sousa | 255 913 305 |
| Macedo Cavaleiros | Ass. de Prod. Agro-Florestais da Terra Quente-AGRIARBOL | 278 421 698 |
| Macedo Cavaleiros | Centro de Gestão de Saldonha | 278 425 756 |
| Mértola | Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mértola | |
| Mirandela | Centro de Gestão Agrícola de Mirandela | 278 257 682 |
| Mogadouro | Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro | 279 341 650 |
| Moita | Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Moita | 212 896 629 |
| Montemor-o-Velho | Gabinete de Coordenação Regional Beira Litoral | 239 621 429 |
| Mortágua | Cooperativa Agrícola da Beira Aguieira - CABA | 232 927 470 |
| Moura | Gabinete de Apoio ao Agricultor em Moura | 285 254 775 |
| Odemira | Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Odemira | 283 327 227 |
| Portel | Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Portel | 266 612 636 |
| Salvaterra de Magos | Balcão Rural Foros Salvaterra | 263 501 500 |
| Santarém | Gabinete de Coordenação Regional Ribatejo e Oeste | 243 352 916 |
| Sendim | Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Sendim | 273 739 166 |
| Sousel | Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor Sousel | 268 551 458 |
| Terras de Bouro | Cooperativa Agrícola de Terras de Bouro | 253 351 123 |
| Valongo | Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Valongo | 224 219 160 |
| Vila do Conde | Gab. de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho | 252 661 740 |
| Vinhais | Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo | 278 369 348 |

# Acções de Formação Profissional

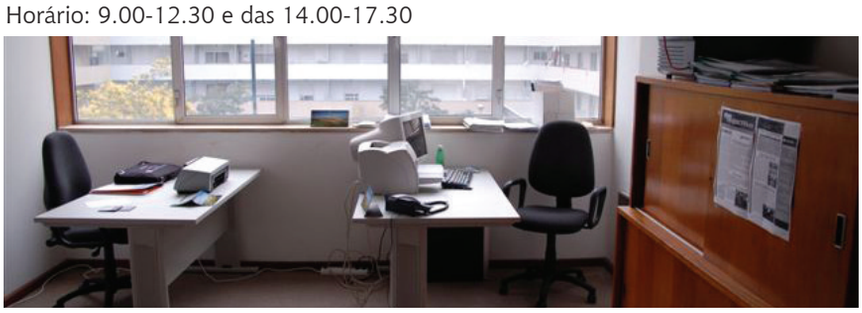
| Designação | Local | Data |
|---|---|---|
| Empresários Agrícolas | Celorico de Basto | 8.05 a 31.08 |
| Empresários Agrícolas | Faro | 15.05 a 30.08 |
| Empresários Agrícolas | Cuba | 1.06 a 6.11 |
| Apl. Prod Fitofarmacêuticos | Alijó | 5.06 a 9.06 |
| Prot. Integrada no Olival | M Cavaleiros | 5.06 a 14.06 |
| Prot. Integrada no Olival | Sendim | 5.06 a 14.06 |
| Empresários Agrícolas | Figueira Castelo Rodrigo | 05.06 a 29.09 |
| Dirigentes Associativos | Macedo Cavaleiros | 6.06 a 4.09 |
| Empresários Agrícolas | Alijó | 9.06 a 30.10 |
| Apl. Prod Fitofarmacêuticos | Faro | 12.06 a 16.06 |
| Protecção Integrada Milho | Mosteiró | 15.06 a16, 21, 22, 28 a 30 .06 |
| Apl. Prod Fitofarmacêuticos | Macedo | 19.06 a 23.06 |
| Produção Integrada Olival | Moura | 19.06 a 03.07 |
| Apl. Prod Fitofarmacêuticos | Figueira Castelo Rodrigo | 19.06 a 23.06 |
| Produção Integrada Vinha | Guimarães | 19.06 a 31.10 |
| Prot. Inte. na Cultura Milho | Mosteiro | 19.06 a 20, 26 e 27.06 e 3 a 5.07 |
| Operadores de Máq. Agrícolas | Carapinheira | 26.06 a 28.08 |
| Horticultura | Soure | 26.06 a 7.07 |

# AJAP na AGRO 2006
## 1 a 5 de Março

De 1 a 5 de Março decorreu a 39.ª edição da AGRO, no Parque de Exposições de Braga, e como não poderia deixar de ser a AJAP esteve presente, e mais perto dos agricultores. O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, Rui Nobre Gonçalves presidiu à inauguração da AGRO 2006 em representação do Ministro da Agricultura, Jaime Silva, que apenas teve a oportunidade de visitar o certame no dia 3, sexta-feira.
Este ano, estiveram patentes ao público algumas mostras sectoriais, como o Salão do Vinho, o da Agricultura Biológica, o do Kiwi e o Salão de Utilidades, onde sobressaiem o artesanato e os produtos de origem regional.
No sector da pecuária, o certame constituiu mais uma excelente oportunidade de promoção e divulgação, em particular das raças autóctones, o que aconteceu através de uma exposição permanente de exemplares representativos no recinto da feira, e também com a realização de concursos: o da raça barrosã, de âmbito nacional, e os das raças galega, arouquesa e maronesa.

# Mais um Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor

No passado dia 13 de Março, segunda-feira, abriu mais um Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor da AJAP, desta vez na Curia, aumentando assim a sua presença geográfica.
Morada:
Centro Comercial e Residencial da Curia, Bloco O, 1.º Andar, Escritório 54,
3780-541 Curia
Telf.: 231 525 315
Horário: 9.00-12.30 e das 14.00-17.30



# Roteiro de Eventos

## ABRIL

II Conferência Internacional sobre Rastreabilidade de Produtos Agropecuários
10 a 12 de Abril de 2006, Brasília - Brasil
http://conferencia.agricultura.gov.br/

## MAIO

23.ª Ovibeja
29 de Abril a 7 de Maio de 2006, Beja
www.ovibeja.com

PORTUGAL AMBIENTE - 8.º Salão Internacional de Equipamentos, Tecnologias e Serviços Ambientais
18 a 20 de Maio de 2006, Exponor - Porto
http://www.cimeira.exponor.pt/cimeira/Estrutura/pt/Feira/ApresentacaoSalao.aspx?salao=1

FOREST 2006 - 8º Congresso e Exposição Internacional sobre Florestas
22 a 25 de maio na capital do Mato Grosso, Cuiabá, Brasil
http://www.biosfera.org.br/newpages/forest2006/

## JUNHO

INTERFORST 2006
**12 a 16 de Julho de 2006, Munique**
http://www.interforst.de/

WCCA 2006 - 4th World Congress of Computers in Agriculture and Natural Resources
**24 a 26 de Julho de 2006, Orlando, Flórida, USA**
http://www.wcca2006.org/htm

# AGRO

Quarta, 28 de Dezembro 2005

N.º 248 Série I-B

Página: 7269

Portaria n.º 1324/2005

Aprova o Regulamento de Aplicação da Componente n.º 4, «Redução dos Impactes Ambientais Decorrentes da Utilização de Materiais de Propagação Vegetativa de Espécies Agrícolas», da Acção n.º 8.2 da Medida n.º 8 do Programa AGRO

Quarta, 28 de Dezembro 2005

N.º 248 Série I-B

Página: 7272

Portaria n.º 1325/2005

Suspende as Candidaturas às medidas n.ºs 1 e 2 do Programa AGRO a que se referem, respectivamente, as Portarias n.ºs 811/2004, de 15 de Julho, e 949/2004, de 28 de Julho

# Alimentação Animal

Sexta, 6 de Janeiro 2006

N.º 5 Série I-B

Página:132

Portaria n.º 37/2006

Aprova as listas de fabricantes autorizados de aditivos, de pré-misturas, de alimentos compostos para animais e de intermediários autorizados a colocar em circulação aditivos e pré-misturas. Revoga a Portaria n.º 47/2005, de 19 de Janeiro

# Bovinos

Terça, 20 de Dezembro 2005

N.º 242 Série I-B

Página: 7158

Despacho Normativo n.º 55/2005

Estabelece as regras de atribuição de direitos ao prémio à vaca em aleitamento, a partir da reserva nacional, para o ano de 2006 e seguintes, para os produtores cuja exploração se situe no território continental português

Segunda, 28 de Novembro

N.º 228 Série I-B

Página: 6857

Despacho Normativo n.º 51/2005

Altera o Despacho Normativo n.º 47/2004, de 25 de Novembro, que estabelece as regras de atribuição de um lote de direitos ao prémio à vaca em aleitamento, a partir da reserva nacional, para o ano de 2005

Quinta, 24 de Novembro 2005

N.º 226  Série I-A

Página: 6690

Decreto-Lei n.º 2002/2005

Estabelece o regime jurídico do licenciamento das explorações de bovinos

# Fitossanitários

Terça, 31 de Janeiro 2006

N.º 22  Série I-A

Página: 728

Decreto-Lei n.º 20/2006

Transpões para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2005/25/CE, do Conselho, de 14 de Março, e a Directiva n.º 2005/34/CE, da Comissão, de 17 de Maio, introduzindo alterações aos anexos I e IV do Decreto-Lei n.º 94/98, de 15 de Abril, relativo à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado

Quinta, 29 de Dezembro de 2005

N.º 249 Série I-B

Página: 7394

Portaria n.º 1332/2005

Estabelece medidas adicionais temporárias de protecção fitossanitária relativamente à importação de batata de consumo originária do Egipto

## Florestas

Terça, 3 de Janeiro 2006

N.º 2 Série I-A

Página: 49

Decreto-Lei n.º 5/2006

Estabelece as regras gerais de aplicação em Portugal do Regulamento (CE) n.º 2152/2003, do Parlamento Europeu do Conselho (...)

## Sector do Azeite

Quinta, 29 de Dezembro de 2005

N.º 249 Série I-A

Página: 7318

Decreto-Lei n.º 231/2005

Extingue a Agência de Controlo das Ajudas Comunitárias ao Sector do Azeite (ACACSA)

Segunda 19 de Novembro 2005

N.º 241 Série I-B

Página: 7138

Despacho Normativo n.º 54/2005

Estabelece as normas de aplicação dos pagamentos complementares aos agricultores do sector do azeite e azeitona de mesa

## Segurança Alimentar

Sexta, 20 de Janeiro 2006

N.º 15 Série I-A

Página: 480

Decreto-Lei n.º 13/2006

Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 106/2005, de 29 de Junho, que fixa as características a que devem obedecer (...)

## Regime Pagamento Único

Quinta, 12 de Janeiro 2006

N.º 9 Série I-B

Página: 316

Portaria n.º 42/2006

Altera a Portaria n.º 1202/2004, de 17 de Setembro {que estabelece as regras nacionais complementares (...)}

## Diversos

Sexta, 10 de Fevereiro 2006

N.º 30 Série I-A

Página: 1091

Decreto-Lei n.º 26/2006

Altera o Decreto-Lei n.º 387/98, de 4 de Dezembro, por forma a adequar as suas disposições às novas medidas (...)

Quinta, 29 de Dezembro de 2005

N.º 249 Série I-B

Página: 7394

Portaria n.º 1332/2005

Estabelece medidas adicionais temporárias de protecção fitossanitária relativamente à importação de batata de consumo originária do Egipto

Segunda, 12 de Dezembro 2005

N.º 236 Série I-B

Página: 7009

Despacho Normativo n.º 52/2005

Prorroga até 30 de Abril de 2006 o prazo referido no n.º 1 do artigo 8.º do despacho Normativo n.º 6/2005, de 18 de Janeiro

Sexta, 25 de Novembro 2005

N.º 227 Série I-A

Página: 6724

Decreto-Lei n.º 203/2005

Estabelece o regime jurídico do ordenamento e sanidade apícolas, revogando o Decreto-Lei n.º 37/2000, de 14 de Março (...)

# Gabinetes de apoio Jovem agricultor

1 - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (sede)
Rua D. Pedro V, 108 - 2.º Andar, 1269 - 128 LISBOA, Tel.: 213 244 970

2 - Gabinete de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho
Rua do Convento, 21, 4485 - 662 Vairão ( Vila do Conde ), Tel.: 252 661 740

3 - Gab. de Apoio ao Jovem Agr. na Coop. Agr. da Feira e S. João da Madeira
R. do Moinho das Campainhas, Cavaco, 4520 - 244 Sta Maria da Feira, Tel.: 256 371 410

4 - Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa Agrícola de Esposende
Rua da Sr.ª da Saúde, 4740 - 289 Esposende, Tel.: 253 964 666

5 - Cooperativa dos Produtores Agrícola do Concelho de Valongo
Rua D.Pedro IV, nº 615-625, Susão, 4440 - 633 Valongo, Tel.: 224 219 160 / 224 220 089

6 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Baião
Ed. Adega Coop., Quintela - Govê, 4640 - 272 Govê (Baião), Tel.: 255 552 945

8 - Centro de Gestão Agrícola de Vale do Sousa
Av. dos Combatentes da Grande Guerra, Ed. Lousator, 4620 - 141 Lousada, Tel.: 255 913 305

9 - Cooperativa Agrícola de Terras de Bouro
Covas - Moimenta, 4840 - 100 Terras do Bouro, Tel.: 253 351 114

12 - Gab. de Ap. ao Jovem Agricultor na Coop. Agrícola de Paredes de Coura
R. Conselheiro Miguel Dantas, 13, 4940 - 529 Paredes de Coura, Tel.: 251 782 117

13 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Guimarães
Rua da Boavista, Quintá de Cima - Prazins, 4801 - 910 Guimarães, Tel.: 253 473 411

14 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Basto
Praça Albino Alves Pereira, 4890 - 225 Celorico de Basto, Tel.: 255 320 480

15 - Associação de Agricultores de Ribadouro
Av. Gen. Vitorino Laranjeira, Ed. Golfinho, Lj S, S. Gonçalo, 4600-018 Amarante, Tel.: 255 431 403

16 - Centro de Gestão Agrícola de Barcelos
Rua Dr. José Ant.º Peixoto Machado, 400, BL. A, Loja 1, 4750 - 309 Barcelos, Tel.: 253 824 543

17 - Gabinete de Coordenação Regional de Trás-os-Montes
Rua dos Camilos (Casa do Douro), 5054 - 909 Peso da Régua, Tel.: 254 322 502

18 - Centro de Gestão Agrícola de Mirandela
Praça do Mercado, 1º Andar, Loja 2, 5370 - 287 Mirandela, Tel.: 278 257 682

19 - Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Sendim
Av. do Ciclo, Edifício da Junta de Freguesia, 5225 - 101 Sendim, Tel.: 273 739 166

20 - Assoc. para o Desenvolvimento Agrícola e Rural da Terra Fria - Monteval
Av. 22 de Maio, Lote 3, R/C, B.º Forte S. João de Deus, 5300 - 449 Bragança, Tel.: 273 327 037

21 - Centro de Gestão da Empresa Agrícola do Alto Douro
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070 - 045 Alijó, Tel.: 259 950 532

22 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo
Av. do Brasil, N.º 8, 1º, 5335 - 102 Rebordelo, Tel.: 278 369 348

23 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro
Av. do Sabor, 41, Lote 2, 5200 - 204 Mogadouro, Tel.: 279 341 650

24 - Centro de Gestão de Saldonha
R. Fonte do Paço, Ed. Maria da Fonte - 2º, 5340 - 268 Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 425 756

25 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Alfândega da Fé
Av. Sá Carneiro, 5350 - 005 Alfândega da Fé, Tel.: 279 463 205

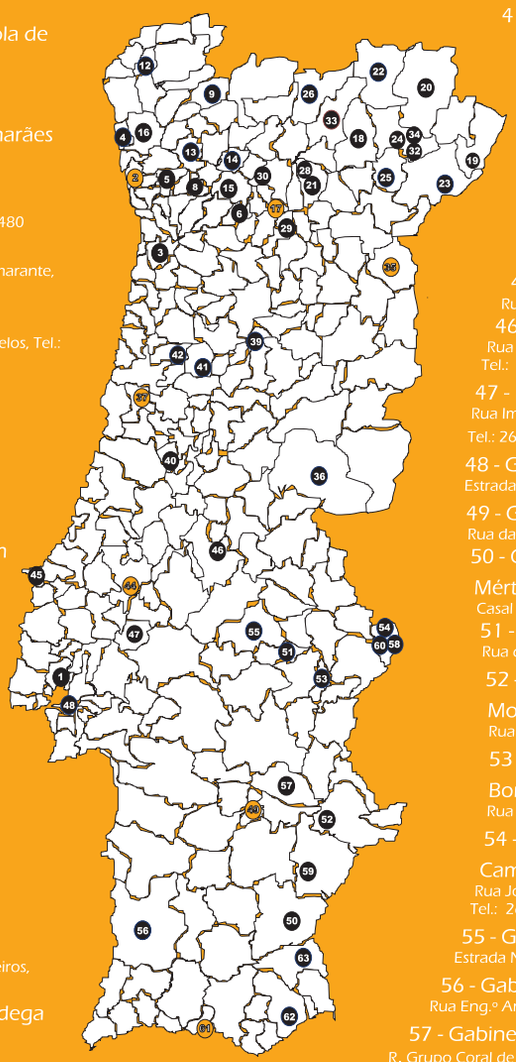
26 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Chaves
Av. General Ribeiro de Carvalho, Edifício da Estação, 5400 - 497 Chaves, Tel.: 276 322 783

27 - Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé
Av. Eng.º Camilo Mendonça, n.º 287, 5350 - 001 Alfândega da Fé, Telf.: 279 462 417

28 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alijó
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070 - 045 Alijó, Tel.: 259 950 042

29 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Armamar
Av. 8 de Setembro, C/V - G, 5110 - 121 Armamar, Tel.: 254 855 960

30 - Centro de Gestão Agrícola da Beira Douro - Associação
R. Eng.º Joaquim Botelho Lucena, Ed. Vilalva, Loja E0, 5000-586 Vila Real, Tel.: 259 372 893



32 - Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente
Av. Inf. D. Henrique, Ed. Translande 2º, Esc. 12, 5340-204 Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 421 698

33 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Valpaços
Largo da Feira, Edifício Sol Nascente, Loja 2, 5430 Valpaços, Tel.: 278 711 421

34 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Macedo de Cavaleiros
R. Fonte do Paço, Ed. Translande, R/C, Lj. 19, 5340-268 Macedo de Cavaleiros

35 - Gabinete de Coordenação Regional da Beira Interior
Av. 25 de Abril, 151, 6440 - 111 Figueira Castelo Rodrigo, Tel.: 271 312 139

36 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Castelo Branco
Rua D. Jorge da Costa, n.º 23, 6000 - 215 Castelo Branco, Tel.: 272 320 763

37 - Gabinete de Coordenação Regional da Beira Litoral
Mercado da Junta, Lj. 5, Largo das Meãs, 3140 - 165 Meãs do Campo, Tel.: 239 621 429

39 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa Agrícola de Nelas
Av. da Liberdade, 3520 - 061 Nelas, Tel.: 232 949 539

40 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ansião
Lugar de Lagoa Parada, 3240 - 673 Santiago da Guarda, Tel.: 236 679 037

41 - Cooperativa Agrícola da Beira Aguieira
Ed. Centro de Inic. Empresariais, Pq. Ind. Mª L Ferreira,Lt. 12, 3450-232 Mortágua, Tel.: 231 927 470

42 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Anadia
Rua da Gatanha, Monsarros, 3780 - 563 Vila Nova de Monsarros

44 - Gabinete de Coordenação Regional do Ribatejo e Oeste
Esc. Sup. Agrária de Santarém, Q.ta do Galinheiro, 2001-904 Santarém, Tel: 243 352 916

45 - Cooperativa Agrícola da Serra d'El Rei
Rua 4 de Agosto, n.º 50, 2525-214 Serra d'El Rei, Tel.: 262 909 426

46 - Balcão Rural de Abrantes
Rua D. Lopo de Almeida, Lote 81, R/C Esq, 2200 - 281 Abrantes, Tel.: 241 366 806

47 - Balcão Rural de Foros de Salvaterra
Rua Imaculado Coração de Maria, n.º 179, 2120 - 188 Foros Salvaterra, Tel.: 263 501 500

48 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Moita
Estrada de Sarilhos Pequenos, N.º 5, 2860 - 355 Moita, Tel.: 212 896 629

49 - Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo
Rua da República, 33, 7940 - 139 Cuba, Tel.: 284 414 140

50 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mértola
Casal Ventoso, Lote I-9, 7750 Mértola

51 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Sousel
Rua da Amêndoa, n.º 13, 7470 - 230 Sousel, Tel.: 268 551 458

52 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Moura
Rua 5 de Outubro, n.º 32, 7860-013 Moura, Tel.: 285 254 775

53 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Borba
Rua Convento das Servas, 7150 - 164 Borba, Tel.: 268 841 547

54 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Campo Maior
Rua João das Minas, nº 31 - 1º Andar, 7370 - 061 Campo Maior, Tel.: 268 687 139

55 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ervedal
Estrada Nacional Nº 243, 7840 - 284 Ervedal AVS, Tel.: 242 460 000

56 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Odemira
Rua Eng.º Arantes e Oliveira, 5, 7630 - 149 Odemira, Tel.: 283 327 227

57 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Portel
R. Grupo Coral de Cantares Regionais de Portel, 20, 7220 - 407 Portel, Tel.: 266 612 636

58 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de S. João Baptista
Quinta de Vale Massano, 7370 - 112 Campo Maior, Tel.: 268 686 674

59 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Serpa
Rua do Rossio, n.º 82, 7830 - 371 Serpa, Tel.: 284 544 655

60 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Caia
Av. General Humberto Delgado, 7370-106 Campo Maior, Telf.: 268 688 020

61 - Gabinete de Coordenação Regional do Algarve
Antiga Escola da Sambada, Sítio de Lagos e Relvas, 8000 - 673 Estoi, Tel.: 289 994 581

62 - FRUSOAL - Frutas Sotavento Algarve
Sítio das Cevadeiras, EN 125, 8901 - 907 Vila Nova de Cacela, Tel.: 281 950 400

63 - Agrupamento de Defesa Sanitária de Alcoutim
Largo da Igreja, 5, 8970 - 104 Giões, Tel.: 281 498 286